PROJETO DE LEI №/ 70, DE 1995

FLS. N.o. 01
PROC. 1457

THEFT WESAEM.

* 4

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.

1457 de 17704 11995

Autuado c 09 fôlhas

Ass.

Altera dispositivos do Decreto--lei nº 257, de 29 de maio de 1970. Publique-se Inclua-se e

Publique-se Inclua-se em
pauta por 5 ses.833

12 94 S5

RICARDO TRÍPOLI - Presidente

A Assembléia Legislativa do Estado

de São Paulo decreta:

Artigo 1º/- Fica acrescido ao artigo 4º do Decreto-lei nº 257, de 29 de maio de 1970, alterado pela Lei nº 2815, de 23 de abril de 1981, o seguinte parágrafo:

"§ 2º - É facultada a reinscrição do contribuinte que, por qualquer motivo, tenha cancelada a sua inscrição."

Artigo 2º - O artigo 6º do Decreto--lei nº 257, de 29 de maio de 1970, alterado pela Lei nº 2815, de 23 de abril de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O cancelamento da inscrição pelos contribuintes a que se referem o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º, acarretará a perda do direito de assistência médico-hospitalar."

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

4

A proposta que ora apresentamos objetiva facultar ao aposentado que desistiu de contribuir ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual-

FLS. N.o. One

Esses cidadãos e seus dependentes encontram-se hoje, privados de uma assistência médica, uma vez que não reúnem condições financeiras para arcar com as despesas médico-hospitalares. Extremamente onerosas, são elas inacessíveis para a quase totalidade dos assalariados do Estado que recorressem a atendimento médico-ambulatorial ou internações junto a entidades particulares ou mesmo aqueles que procurassem filiar-se em convênios portadores de tais serviços.

-IAMSPE, sua reintegração.

Motivados pela ilusória economia, diante do espremido orçamento familiar, muitos aposentados deixaram de pertencer ao quadro de contribuintes do IAMSPE, como é o caso, entre os inúmeros exemplos que poderíamos citar, do casal-servidor que optou por um só contribuinte, que vindo a falecer deixou o seu beneficiário em estado de total desamparo no que se refere ao atendimento para tratamento de saúde.

A se alegar maior ônus ao Erário Estadual, devemos ter em mente que, em caso de necessidade, sem condições financeiras para recorrer à entidades particulares, carentes, se dirigiriam ao atendimento gratuito prestado pelos próprios órgãos estaduais da Secretaria da Saúde onde, sem nenhuma contribuição pecuniária, seriam atendidos mesmo porque, tal não ocorrendo, se configuraria a omissão de socorro, legalmente vedada.

Assim, por entendermos justo facultar a reinscrição do contribuinte que, por qualquer motivo, tenha cancelada a sua inscrição, apresentamos à apreciação dos nobres Deputados o presente projeto de lei.

Esta proposição contém lassinaturas spc, 12/ 4 /199 Chefe de Seção

Sala das Sessões, em

DEPUTADO JAME GIMENEZ

DE 3- 4-95

BRG/mna.

Il gislacar eitada.

FLS. N.o Q3
PROC. JYS7

LEGISLAÇÃO

— 296 —

DO EST. DE SÃO PAULO

LEGISLAÇÃO

LEI N. 2.815 - DE 23 DE ABRIL DE 1981

Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei n. 257 (1), de 29 de maio de 1970, e dá providências correlatas

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n. 257, de 29 de maio de 1970, alterados pelo artigo 1º da Lei n. 10.427 (²), de 8 de dezembro de 1971, e o artigo 6º, do mesmo decreto-lei, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3° Consideram-se contribuintes do IAMSPE:

I — os funcionários e servidores públicos estaduais, inclusive os inativos, do Poder Executivo e suas Autarquias, Legislativo e Judiciário, e do Tribunal de Contas do Estado, excetuando-se os que tenham regime previdenciário próprio e os membros da Magistratura e do Ministério Público;

II — as viúvas dos funcionários e servidores referidos no item anterior.

Parágrafo único. As viúvas e os inativos poderão solicitar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, respectivamente, do falecimento do contribuinte e de sua aposentadoria, o cancelamento da inscrição como contribuinte.

Art. 4° Poderão ser inscritos como contribuintes facultativos do IAMSPE:

I — os membros da Magistratura e do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e o pessoal das Serventias de Justiça Não-Oficializadas, inclusive os inativos;

II — as viúvas das pessoas mencionadas no inciso anterior, desde que o cônjuge falecido estivesse inscrito como contribuinte facultativo;

III — os Senadores e Deputados integrantes da Bancada Paulista ao Congresso Nacional, durante o exercício dos respectivos mandatos;

IV — os médicos residentes do IAMSPE, enquanto perdurar a residência.

§ 1º O pedido de inscrição facultativo deverá ser protocolado:

1 — no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da nomeação ou da admissão, na hipótese do inciso I;

2 — no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do falecimento do contribuinte, na hipótese do inciso II;

3 — no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da posse, na hipótese do inciso III;

4 — no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início das atividades, na hipótese do inciso IV.»

Art. 6° O cancelamento da inscrição pelos contribuintes a que se referem o parágrafo único do artigo 3° e o artigo 4°, acarretará a perda do direito de assistência médico-hospitalar, de forma irreversível.

Art. 2º O artigo 20 do Decreto-Lei n. 257, de 29 de maio de 1970, revogado pela Lei n. 71 (3), de 11 de dezembro de 1972, fica restabelecido com a seguinte redação:

(1) Leg. Est., 1970, págs. 632 e 707; (2) 1971, pág. 1.022; (3) 1972, pág. 519.

<Art. 20. A

I — contrit
sobre a retribui
mente e constin
ficações «pro li
trabalho e outra
tivas a salário-i
custo, auxílio-fu

II — contrib ventos totais do las relativas a si

lentes;

III — contri e calculada sobre servidores e inat

IV — contril e calculada sobre da Magistratura. em atividade e il

V — contribu calculada sobre (fixação dos prove ros do Tribunal (mente;

VI — contrib te e calculada so Público, em ativid cimentos e das va te, excetuadas as gem, ajuda de cu reza e equivalente

VII — contril te e calculada sol Público, inativos e a salário-família;

VIII — contri te e calculada sob soal das Serventia tivos, inscritos fac

IX — contribu e calculada sobre cionadas nos incis

X — contribuicalculada sobre a da Bancada Paul mente;

XI — contribui apurada mensalme da pelos médicos na seguinte confor

 a) 3% (três p como dependentes,

b) 2% (dois r

XII — rendas

XIII — subveninclusive os destina

DO EST. DE SÃO PAULO

LEGISLAÇÃO

DO EST. DE SÃO PAULO

«Art. 20. A receita do IAMSPE será constituída de:

I — contribuição obrigatória de 2% (dois por cento), calculada sobre a retribuição total do funcionário ou servidor, apurada mensalmente e constituída, para esse efeito, de vencimentos, salários, gratificações «pro labore», gratificação relativa a regimes especiais de trabalho e outras vantagens pecuniárias, excetuadas as parcelas relativas a salário-família, salário-esposa, diárias de viagens, ajuda de custo, auxílio-funeral, representação de qualquer natureza e equivalentes;

II — contribuição de 2% (dois por cento), calculada sobre os proventos totais do inativo, apurada mensalmente, excetuadas as parcelas relativas a salário-familia e salário-esposa;

III — contribuição de 1% (um por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o total da pensão devida às viúvas dos funcionários, servidores e inativos a que se referem os incisos anteriores;

IV — contribuição de 3% (três por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o valor do padrão dos vencimentos dos membros da Magistratura, e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em atividade e inscritos facultativamente;

V — contribuição de 3% (três por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o valor do padrão de vencimentos compreendido na fixação dos proventos dos membros da Magistratura e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, inativos e inscritos facultativamente;

VI — contribuição de 2% (dois por cento), apurada mensalmente e calculada sobre a retribuição total dos membros do Ministério Público, em atividade e inscritos facultativamente, constituída dos vencimentos e das vantagens pecuniárias previstas na legislação pertinente, excetuadas as parcelas relativas a salário-família, diárias de viagem, ajuda de custo, auxilio-funeral, representação de qualquer natureza e equivalentes:

VII — contribuição de 2% (dois por cento), apurada mensalmente e calculada sobre os proventos totais dos membros do Ministério Público, inativos e inscritos facultativamente, exceto a parcela relativa a salário-família;

VIII — contribuição de 3% (três por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o total da remuneração ou dos proventos do pessoal das Serventias de Justiça Não-Oficializadas, em atividade ou inativos, inscritos facultativamente;

IX — contribuição de 1% (um por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o total da pensão devida às viúvas das pessoas mencionadas nos incisos IV, VI e VIII, inscritas facultativamente;

X — contribuição de 3% (três por cento), apurada mensalmente e calculada sobre a parte fixa dos subsídios dos Senadores e Deputados da Bancada Paulista ao Congresso Nacional, inscritos facultativamente;

XI — contribuição de 3% (três por cento) ou 2% (dois por cento), apurada mensalmente e calculada sobre o valor total da bolsa recebida pelos médicos residentes do IAMSPE, inscritos facultativamente, na seguinte conformidade:

a) 3% (três por cento) para os médicos residentes que tenham, como dependentes, esposa ou filhos menores de 21 (vinte e um) anos;

b) 2% (dois por cento) para os médicos residentes solteiros.

XII - rendas próprias, inclusive patrimoniais;

XIII — subvenções e auxílios especiais que lhe forem concedidos, inclusive os destinados a ensino e pesquisa.

257 (¹), de 29 de maio stas

1 promulgo a seguinte Lei: 29 de maio de 1970, altera-3 de 1971, e o artigo 6°, do edação:

IAMSPE:

E 1981

cos estaduais, inclusive os uias, Legislativo e Judiciácetuando-se os que tenham s da Mag atura e do Mi-

vidores referidos no item

ivos poderão solicitar, no ctivamente, do falecimento cancelamento da inscrição

ntribuintes facultativos do

Ministério Público, os Cone o pessoal das Serventias ativos;

s no inciso anterior, desde como contribuinte faculta-

dos respectivos mandatos; E, enquanto perdurar a re-

deverá ser protocolado: dias, con: s da nomeação

iias, contados do falecimen-

itados da data da posse, na

J.

ontados do início das ativi-

pelos contribuintes a que se artigo 4°, acarretará a peralar, de forma irreversível.»

de maio de 1970, revogado stabelecido com a seguinte

2, pág. 519.

LEGISLAÇÃO

DO EST. DE SÃO PAULO

- § 1º A contribuição a que se refere o inciso I deste artigo incidirá sobre o valor total da remuneração dos funcionários sujeitos a esse regime retribuitório.
- § 2º As contribuições de viúvas e inativos serão descontadas nas fontes pagadoras e obrigatoriamente recolhidas até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao respectivo desconto, ao Banco do Estado de São Paulo S/A., em conta nominal do IAMSPE, movimentada pelo Superintendente da Autarquia.
- § 3º As contribuições consignadas em folha de pagamento e descontadas dos contribuintes na forma deste artigo, deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, ser depositadas em conta própria do IAMSPE, no Banco do Estado de São Paulo S/A. ou na Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A.
- § 4º As contribuições não-depositadas nos prazos previstos nos parágrafos anteriores, ficarão sujeitas a juros de 1% (um por cento) ao mês.>
- Art. 3° Esta Lei e sua Disposição Transitória entrarão em vigor na data de sua publicação revogadas as Leis ns. 10.427, de 8 de dezembro de 1971, 71, de 11 de dezembro de 1972, 106 (4), de 11 de junho de 1973, 583 (5), de 12 de dezembro de 1974, e 899 (6), de 18 de dezembro de 1975.

Disposição Transitória

Artigo único. Os membros do Ministério Público, em atividade ou aposentados, bem como as atuais viúvas desses membros, poderão inscrever-se como contribuintes facultativos do IAMSPE, na forma prevista no artigo 4° deste decretolei, desde que o requeiram no prazo de 180 (cento e oitenta) días, contados a partir da vigência desta Lei.

Paulo Salim Maluf — Governador do Estado.

(4) Leg. Est., 1973, pág. 297; (5) 1974, pág. 575; (6) 1975, pág. 629.

LEI N. 2.803 — DE 23 DE ABRIL DE 1981

Declara de interesse turístico a Festa do Peão realizada anualmente em Conchas

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretà e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de interesse turístico a Festa do Peão, que se realiza anualmente em Conchas, durante a semana de seu aniversário, a 13 de junho.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Salim Maluf — Governador de Estado.

DECRITO N. 16.914 - DE 22 DE ABRID DE 1981

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem, imóveis situados no Bairro de Pirituba, Município e comarca da Capital, necessários à Companhia da Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP.

DECRETO N. 16.916 - DE 22 DE ABRIL DE 1981

Dispõe sobre a oficialização da Medalha 9 de Julho, comemorativa do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932.

LEGISLAÇÃO

LEI N. 2

O Governador do Estado Faço saber que a Assen

Art. 1º Fica instituído c em 28 de maio.

> Art. 2° Esta Lei entrara Paulo Salim Maluf — Go

> > DECRETO N.

Dá nova redação aos artigos :

Paulo Salim Maluf, Gove atribuições legais e com fund neiro de 1967, decreta:

Art. 1º O artigo 3º do Decalterada pelo Decreto n. 11.89: seguinte redação:

I — Delegacia
Delegacias dos 1°. :

II — Delegacia Delegacias dos 11°, Policiais;

III — Delegacia Delegacias dos 7°,

Art. 2° O artigo 4° do Dec rar com a seguinte redação:

> *Art. 4° A 2° I guinte estrutura:

> I — Delegacia S Delegacias dos 9°, 1

II — Delegacia
 Delegacias dos 10°,
 50° Distritos Policiai

Art. 3° Este Decreto entra Paulo Salim Maluf — Gover

(1) Leg. Est., 1975, pág. 390; (2) 1967

DECRETO N. 16

Dispõe sobre admissão na

DECRETO N. 16 Dispõe sobre admissão na a LEGIS:

de qua

vogada

(*) V. 1

Pa:

Ari

Ro

0

Art

Ari

1 -

п.

Ш

Pai

Art

I -

II -

Ш

IV

do Ato

artigo

sais vi

Secreta

dades a

anterio

'nas set

e tenh:

tação c

manen!

decorre

econôm

assister

será co

pelas C

nadorie

será es

por oca

vadas :

e cincc

anos de

ze) and

anos de

anos de

valor s

especifi

visto si

após 90

por cor.

viço;

LEGISLAÇÃO

DO EST. DE S. PASLAÇÃO

IV produto de suas operações de crédito, juros de depósitos bancár 1º As viúvas e os inativos pod V — auxilios, subvenções, contribuições, partes em convênios, financiamedoria, o cancelamento de sua ins os de outras operações;

e doações de entidades públicas ou privadas estrangeiras ou internacionais; 2º Para os atuais inativos e viú VI — comissão sóbre as vendas efetuadas mediante sua atuação como a contar-se-a da data da publicação

intermediárià de comercialização;

VIII — rendas provenientes de seus cursos de treinamento e aperfeta estabelecida pela Administração mento.

forma da legislação em vigor, um Fundo de Financiamento, com a finalido, ficando obrigados ao pagamento de financiar a médio e longo pagamento. de financiar, a médio e longo prazo, a constituição, manutenção ou amplifida pela Superintendência do IA de comunidades de trabalho contededos a constituição, manutenção ou amplifida pela Superintendência do IA. de comunidades de trabalho, sociedades e consórcios, que visem, em confortir da publicação deste decretodade com o disposto heste decreto-lei, ao aproveitamento da mão-de-obra

Art. 11. Para ocorrer à despesa resultante dêste decreto-lei, fica a 30 (cento e oitenta) dias, contade na Secretaria da Fazenda à autarquia ora criada, crédito especial do valorante o recolhimento da contributo 2,000,000,000 (dois milhors de criada) Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhoes de cruzeiros).

Parágrafo único. O credito especial de que trata êste artigo será con parágrafo único. O prazo previs com recursos provenientes da redução de igual importância da dotação contratados após a publicação de nada no Código 21-04 — 4.0.0.0 — 4.1.0.0 — Administração Geralissão no respectivo Cartório, Oficinado — Serviços em Regimo de Programa de Progra Estado — Serviços em Regime de Programação Especial — Despesas de Ca Art. 5º Vencidas e não pagas -- Investimentos.

Art. 12. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicaçã § 1º Considera-se vencida a con Roberto Costa de Abreu Sodré — Governador do Estado.

(*) V. LEX, Leg. Fed., 1969, pág. 127; 1968, pág. 1.481.

DECRETO-LEI N. 257 - DE 29 DE MAIO DE 1970 Dispõe sóbre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Publico Estadual — IAMSPE

O Governador do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que, por f do Ato Complementar n. 47 (*), de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o 1 1 artigo 2º do Ato Institucional n. 5 (*), de 13 de dezembro de 1968, decreta: I — a espôsa;

Art. 1º O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadua II — o espôso, desde que incar IAMSPE, entidade autárquica autônoma, com personalidade jurídica, patria e não amparado por outro re nio próprio, sede e fôro na cidade de São Paulo, reger-se-á pelo presente III — os filhos solteiros até co creto-lei.

Art. 2º O IAMSPE tem por finalidade precipua prestar assistência nto de ensino superior, desde q' dica e hospitalar, de elevado padrão, nos seus contribuintes e beneficiários V — os filhos maiores, desde q

Parágrafo unico. Para a consecução de seus fins, o IAMSPE poderá: a própria e não amparados por 1 — incentivar o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento no campo da VI — os pais, padrasto e mai

dicina a fim de manter elevado o seu padrão assistencial; 2 — criar e organizar cursos ligados ao ensino de tôdas as suas atividinte.

desde que conte com subvenção ou auxilios especiais; 3 — propiciar condições de aperfeiçoamento técnico científico aos seus vidores, a fim de elevar o nível de ensino a ser ministrado pelo IAMSPE;

4 — promover campanhas de Saúde Pública que beneficiem diretam os servidores públicos estaduais, e facultativamente, participar de outras beneficiem a população em geral.

Art. 3º Consideram-se contribuintes do IAMSPE;

I — os servidores públicos estaduais, inclusive os inativos, dos Poderes cutivos e suas Autarquias, Legislativo e Judiciário, excetuando-se os que tent de que não amparados por c regime previdenciário próprio;

II — as viúvas dos servidores referidos no item anterior.

3º Os inativos anteriores à vigê 957, deverão completar as contrib

4º O periodo de carência será s

entias da Justiça não oficializada

a inscrição dos contribuintes p

§ 2º As contribuições em mora pectivo valor.

Art. 69 O cancelamento da inse 19, do artigo 39, e o artigo 49, dico-hospitalar, de forma irrever Parágrafo único. O cancelamer

no Diário Oficial, sendo devidas Art. 79 Consideram-se benefic

IV -- os filhos maiores até 24

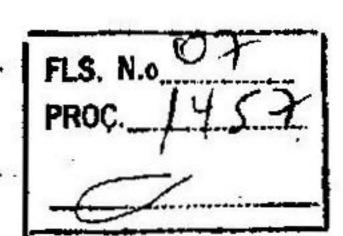
§ 19 Equiparam-se a filhos do a) os adotivos;

b) os enteados;

os menores que, por dete d) os tutelados, sem econor

§ 29 Falecidos os pais natu: ficiarios, os adotivos, sem eco

ver declaração expressa do c



DO EST. DE S. PAULO

ito, juros de depósitos bancários e

estrangeiras ou internacionais; mediante sua atuação como agente

irsos de treinamento e aperfeiçoa-

e Financ iento, com a finalidade stituição, ...anutenção ou ampliação consórcios, que visem, em conformiroveitamento da mão-de-obra mar-

tante dêste decreto-lei, fica aberto criada, crédito especial do valor de

e que trata êste artigo será coberto qual importância da dotação consig-_ 4.1.2.0 — Administração Geral do ¡ção Especial — Despesas de Capital

vigor na data de sua publicação. ernador do Estado.

29 DE MAIO DE 1970 zação básica do Instituto de úblico Estadual — IAMSPE

, no uso da atribuição que, por fôrça vereiro de 1969, lhe confere o § 1º do 13 de de: bro de 1968, decreta:

dica ao Servidor Público Estadual com personalidade jurídica, patrimò-Paulo, reger-se-à pelo presente de-

de precipua prestar assistência méseus contribuintes e beneficiários.

de seus fins, o IAMSPE poderá: o aperfeiçoamento no campo da Me-

drão assistencial; ao ensino de todas as suas atividades

ios especiais; mento técnico científico aos seus ser-

a ser ministrado pelo IAMSPE; Pública que beneficiem diretamente ativamente, participar de outras que

do IAMSPE;

inclusive os inativos, dos Poderes Exerciciário, excetuando-se os que tenha:

ios no item anterior.

LEGISLAÇÃO

— 633 —

DO EST. DE S. PAULO

§ 1º As viúvas e os inativos poderão solicitar, no prazo de 180 (cento e contenta) dias, respectivamente, do falecimento do contribuinte, e de sua aposentadoria, o cancelamento de sua inscrição como contribuinte.

§ 2º Para os atuais inativos e viúvas, o prazo previsto no parágrafo anterior contar-se-á da data da publicação dêste decreto-lei.

§ 3º Os inativos anteriores à vigência da Lei n. 3.819 (*), de 5 de fevereiro de 1957, deverão completar as contribuições devidas a partir daquela data, na forma estabelecida pela Administração do IAMSPE, sem prejuizo dos descontos necessários, imediatamente apos a publicação dêste decreto-lei.

§ 4º O período de carência será sustado para aquêles que ora o estão cumprindo, ficando obrigados ao pagamento do restante do débito na forma estabelecida pela Superintendência do IAMSPE sem prejuízo dos descontos devidos, a partir da publicação dêste decreto-lei.

Art. 4º Poderão requerer sua inscrição como contribuinte os servidores das serventias da Justiça não oficializada, desde que em atividade, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação dêste decreto-lei, mediante o recolhimento da contribuição de 3% sôbre o total da sua remuneração.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo, para os servidores da justiça contratados após a publicação déste decreto-lei, contar-se-á da data de sua admissão no respectivo Cartório, Oficio ou Tabelionato.

Art. 5º Vencidas e não pagas três contribuições mensais seguidas, caducará a inscrição dos contribuintes previstos no artigo anterior.

§ 1º Considera-se vencida a contribuição não paga até o dia 10 do mês a que corresponda.

§ 2º As contribuições em mora ficam sujeitas à multa de 10% sôbre o seu respectivo valor.

Art. 6º O cancelamento da inscrição pelos contribuintes a que se referem o 1º 1º, do artigo 3º e o artigo 4º, acatretará a perda do direito a assistência médico-hospitalar de forma irreversível

Parágrafo único. O cancelamento sòmente surtira efeito após sua publicação no Diário Oficial, sendo devidas as contribuições previstas até esta data.

Art. 79 Consideram-se beneficiárias do Contribuinte:

I — a espôsa;

II — o espôso, desde que incapacitado para o trabalho, sem economia própria e não amparado por outro regime previdenciário;

III - os filhos solteiros até completarem 21 anos;

IV — os filhos maiores até 24 (vinte e quatro) anos, cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

v — os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho, sem economia própria e não amparados por outro regime previdenciário;

VI — os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário e que vivem às expensas do contribuinte.

§ 1º Equiparam-se a filhos do contribuinte, para os efeitos dêste decreto-lei:

a) os adotivos;

b) os enteados;

c) os menores que, por determinação judicial, se alheiem sob sua guarda,

d) os tutelados, sem economia própria.

\$ 20 Falecidos os pais naturais, o contribuinte poderá inscrever como beneficiários, os adotivos, sem economia própria e que vivam às suas expensas, lesde que não amparados por outro regime previdenciário.

§ 3º No caso de desquite, a espôsa poderá continuar como beneficiária, se ouver declaração expressa do contribuinte nesse sentido.

§ 49 O contribuinte solteiro, o viúvo, bem como o desquitado que não tenha mantido a inscrição da ex-espôsa, poderão instituir como beneficiária a companheira, observadas as condições estabelecidas pelo IAMSPE.

Art. 80 Consideram-se beneficiários do contribuinte falecido:

I — os filhos solteiros até completarem 21 (vinte e um) anos;

II — os filhos maiores, até 24 (vinte e quatro) anos cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

III — os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho, sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário;

IV — os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário.

Art. 9º Os serviços de assistência médico-hospitalar serão gratuitos ou parcialmente remunerados, de acôrdo com o que for estabelecido pela Superintendência do IAMSPE.

Art. 10. Nos serviços em que o desgaste de material terapêutico empregado for constante e independente do uso, poderá o IAMSPE prestar assistência médica, sem prejuízo de seus legítimos usuários, a pacientes não previstos neste decreto-lei.

- Art. 11. Para prestação de seus serviços, o IAMSPE atenderá os usuários através de hospitais próprios, ou de convênios, ou, ainda, de médicos credenciados.

Art. 12. O IAMSPE será dirigido por um Superintendente, de reconhecida capacidade técnica e administrativa, relacionado com a atividade de Autarquia, nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, mediante prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

Art. 13. O IAMSPE contará com um Conselho Consultivo composto de quatro (4) membros portadores de diploma de nível superior, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 14. O Superintendente do IAMSPE, presidirá as reuniões do Conselho Consultivo.

Art. 15. A competência do Conselho Consultivo será estabelecida em Decreto do Poder Executivo.

Art. 16. O Superintendente e os membros do Conselho Consultivo do IAMSPE, receberão gratificação por sessão a que comparecerem, na forma fixada em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Superintendente, além da gratificação prevista neste artigo, fará jus a uma verba mensal de representação estabelecida pelo Governador do Estado.

Art. 17. São órgãos do IAMSPE, todos subordinados à Superintendência: I — Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" (nível departamental);

II — Departamento de Convênios e Credenciamentos;

III — Departamento de Administração.

Art. 18. Todos os órgãos do IAMSPE terão sua competência estabelecida em decreto do Poder Executivo.

Art. 19. A tutela financeira do IAMSPE será exercida pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. O IAMSPE gozará, inclusive no que se refere a seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e imunidades conferidas à Fazenda Estadual, assim como des mesmas vantagens dos demais serviços públicos estaduais.

Art. 20. A receita do IAMSPE será constituída de:

 I — contribuição obrigatória de 3% sôbre o padrão de vencimentos ou salários dos servidores públicos estaduais; FLS. N.o. Q.D.

LEGISLAÇÃO

II — contribuição de 3% sóbre I III — contribuição de 1% sóbre públicos estaduais;

IV — contribuição de 3% sôbre a ventias da Justiça não oficializadas

VI — rendas proprias, inclusive VI — subvenções e auxilios espec destinados a ensino e pesquisa.

s 1º A contribuição a que se ref obre a parte variável que compõe a regime de pagamento.

ngadoras e obrigatòrimente recolhic respectivo desconto, ao Banco do Es IAMSPE, movimentada pelo Superir

s 3º A Secretaria da Fazenda de tamente no Banco do Estado ou de IAMSPE, o produto de arrecadação em folha dos servidores públicos est

Art. 21. Constituem patrimônio I — os imóveis destinados ao s

II — as respectivas instalações e

III — outros bens e valôres que
 IV — doações, legados e auxilios

Art. 22. O orçamento do IAMS! dor do Estado.

Art. 23. O regime jurídico de 1 Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 24. A admissão de pessoal forma a ser definida em regulamen

Art. 25. O IAMSPE adotará sist de classificação de funções.

Art. 26. O IAMSPE, poderá, fae respectivos beneficiários, assistêne belecidos neste decreto-lei.

Parágrafo único. O recolhimen refere o presente artigo, será na form IAMSPE.

Art. 27. O Poder Executivo ex

Art. 28. Éste Decreto-Lei enfrar gadas as Leis ns. 1.856 (*), de 28 de 1957, 9.323 (*), de 11 de maio de 19 Decreto-Lei n. 131 (*), de 12 de ju

Roberto Costa de Abreu Sodré

(*) V. LEX, Leg. Fed., 1969, pág. 127; 1968 1966, pág. 128, 1968, pág. 975; 1969, pág

DECRETO-LEI N. 260
Dispõe sôbre a inatividade do Estad

O Governador do Estado de São do Ato Complementar n. 47 (*), de artigo 2º do Ato Institucional n. 5 (DO EST. DE S. PAULO

a como o desquitado que não tenha instituir como beneficiária a comidas pelo IAMSPE.

contribuinte falecido:

21 (vinte e um) anos;

atro) ano "irsando estabelecimento

própria; 🔫 acitados para o trabalho, sem eco-

gime previdenciário;

de que sem economia própria, não

o-hospitalar serão gratultos ou parle for estabelecido pela Superinten-

de material terapêutico empregado i o IAMSFE prestar assistència méos, a pacientes não previstos neste

os, o IAMSPE atenderá os usuários alos, ou, ainda, de médicos creden-

ım Superintendente, de reconhecida ionado com a atividade de Autarem comissão, mediante prévia apro-

inselho Consultivo composto de quanivel superior, nomeados pelo Gover-

E, presidi as reuniões do Conselho

Consultivo será estabelecida em De-

embros do Conselho Consultivo do a que comparecerem, na forma fi-

além da gratificação prevista neste presentação estabelecida pelo Gover-

is subordinados à Superintendência: dual "Francisco Morato de Oliveira"

redenciamentos;

0. terão sua competência estabelecida

PE será exercida pela Secretaria da

nclusive no que se refere a seus bens. e imunidades conferidas à Fazenda ens dos demais serviços públicos es-

instituida de:

ibre o padrão de vencimentos ou sa-

LEGIS.AÇÃO

DO EST. DE S. PAULO

II — contribuição de 3% sobre proventos de inativos; III — contribuição de 1% sôbre o total de pensão de viúvas de ex-servido-

IV — contribuição de 3% sóbre a remuneração total dos servidores das serrentias da Justiça não oficializadas, na forma estabelecida em regulamento;

VI — subvenções e auxilios especiais que lhe forem concedidos, inclusive os

19 A contribuição a que se refere o item I, dêste artigo, incidirá também obre a parte varitável que compõe a remuneração dos servidores sujeitos a êsse destinados a ensino e pesquisa.

§ 2º As conjutribuições de viúvas e inativos serão descontadas nas fontes agadoras e obriggatorimente recolhidas até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao regime de pagan iento. espectivo descorrito, ao Banco do Estado de São Paulo, em conta nominal do

AMSPE, movim entada pelo Superintendente da Autarquia. § 3º A Sec. retaria da Fazenda deverá, no prazo de 60 dias, depositar diremente no Bai 100 do Estado ou da Caixa Econômica Estadual, em conta do AMSPE, o prod puto de arrecadação das contribuições obrigatórias descontadas en fôlha dos scerryidores públicos estaduais, que lhe são atribuídas.

Art. 21. Co^V, nstituem patrimônio do IAMSPE:

I — os im cebveis destinados ao seu funcionamento;

II — as re rai spectivas instalações e equipamentos;
III — out ree ros bens e valores que vierem a ser incorporados;
IV — de la respectiva de valores que vierem a ser incorporados;

Art. 22. O O orçamento do IAMSPE será aprovado por Decreto do Governa-

art. 23. sfor: O regime juridico de trabalho do pessoal do IAMSPE será o da insolidação for: O regime juridico de trabalho.

ma a ser includefinida em regulamento interno.

Art. 25.

O IAMSPE adotará sistema de remuneração estabelecido em plano

Art. 26. motivo IAMSPE, poderá, facultativamente, prestar aos seus servidores beneficiarios, assistência médica e hospitalar, nos térmos estae classificat Os ção de funções.

Parágrafor na i único. O recolhimento das contribuições do pessoal a que se re o preson respectivos beneficiales. decreto-lei. sem sem co. O re ere o preseto ou nte artigo, será na forma estabelecida pelo Conselho Consultivo do

O Poder Executivo expedirá a regulamentação deste decreto-lei. MSPE.

ste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revons. 1.856 (*), de 28 de outubro de 1952, 3.819, de 5 de fevereiro de Art. 27. i7, 9.323 (*) A Quo de 11 de maio de 1966, 10.296 (*), de 6 de dezembro de 1968, o creto-Lei n. A Quo 131 (*) de 12 de julho de 1969. Creto-Lei n. do ace 131 (*), de 12 de julho de 1969.

Roberto Cugas sosta de Abreu Sodré — Governador do Estado.

iro de (Fed., 1969, pág. 127; 1968, pág. 1.481; Leg. Est., 1957, pág. 78; 1952, pág. 207; V. LEX, Leg. "IS — Fed., 1969, pag. 1969, pag. 426. 1966, pag. 128,

- limi_{RETO-LEI} N. 260 - DE 29 DE MAIO DE 1970 'es-Corot. Dispõe so mais cabre a inatividade dos componentes da Policia Militar do Estado de São Paulo

O Governador jões que do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que, por fôrça Ato Complemento adicior stitucional n. 5 (*), de 7 de fevereiro de 1969, ihe confere o § 19 do 80 29 do Ato In

es sei s su item 3 Paring in die en indige 149 da Vil
្លា <mark>ះភ្លានប្រែបែនដូច d</mark> គ មារដ្ឋានប្រជាព ក្រោះ ប្រ ទេ ក្រាម មានប្រ ក្រោម ស្ថែក ខុនខែមុខ ២.
auta nos di e correspondentes de 43º 8 51º 583900
5-d (=)8 = 25 = 4 2 = 95), mad tor.
recebido — an ana anti-
we seguem jautzec. 28 for an Blanch - 2
D. O. L. 26/ 4 / 95
<i>f</i>
M. Cominain de:
Dastituical actustical
theomocer Social.
Minimens e ceçmento.
26/ abril 1995

RICARDO TRIPOLI - Pr. silvoto
EXPEDIENTE DAS COMISSOES
ENTRADA
EM 815195
0001
COMISSÃO DE CONCERCIONÃO E JUSTIÇÃ
ENTRADA
EMOB 105 195
Secretário de Comissão
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO I JUSTIÇA
OISTOUR TO
Ao Senhar Dep. Walder Cartola
com prazo para devolução de mare do 10 días
08 1 95
Presidente
1 1esidente

segue juntada Parecer ao Rela tro com duas ils numeradas a partir de de 3/106195 SECRETÂRIO DE COMISSÃO